

## Sufrimento social como dimensão da pobreza

Social suffering as a dimension of poverty

Hélio Alexandre Silva  
Universidade Estadual Paulista – UNESP  
helio.alexandre@unesp.br

**Resumo:** O objetivo deste texto é mobilizar a noção de sofrimento social como uma das dimensões estruturantes do fenômeno da pobreza. Para realizar esse trajeto, são apresentados, inicialmente, os contornos mais decisivos do sofrimento social que podem ser mobilizados para realizar o objetivo proposto. Em seguida, apresenta-se uma noção de pobreza construída a partir da crítica à tendência de aproximação, frequente nas *poverty theories*, entre pobreza e mínimo. Finalmente, no terceiro momento, diferentes níveis de pobreza são articulados às diferentes formas de sofrimento social, com especial atenção para experiências de humilhação.

**Palavras-chave:** Sofrimento social; pobreza; crítica social.

**Abstract:** This paper aims to mobilize the notion of social suffering as one of the structuring dimensions of the phenomenon of poverty. To carry out this path, I intend, initially, to present the most decisive out-lines of social suffering that can be mobilized to achieve the proposed objective. Then, I present a notion of poverty constructed from the critique of the tendency to approach, recurring in poverty theories, between poverty and the minimum. Finally, in the third moment, I intend to articulate different levels of poverty with the different forms of social suffering, with special attention to the experiences of humiliation.

**Keywords:** Social suffering; poverty; social criticism.

## 1. Introdução

Talvez não seja exagero afirmar que aproximações entre pobreza e sofrimento compõem o que poderia ser chamado de *lugar comum* quando se pretende abordar algum desses dois temas. Essa constatação é suficiente para alertar que, nesse aspecto, este trabalho não apresenta nenhuma novidade. Dada a complexidade dos temas é preciso alertar que os argumentos serão mobilizados no nível de uma caracterização inicial que, evidentemente, exigirá desdobramentos posteriores. Contudo, desde já vale destacar que a pobreza não será considerada aqui como um fenômeno ligado a privação do mínimo, mas como falta de acesso ao que foi socialmente produzido; do mesmo modo, o sofrimento social também não será identificado apenas ali onde convive-se com experiências insuportáveis. Esses são pontos centrais da argumentação na medida em que, a partir deles, pretende-se mostrar que pobreza e sofrimento social possuem *dinâmicas semelhantes* que permitem situar o segundo como dimensão da primeira.

Ao partir de um olhar que desloca a crítica social para um cenário construído pela relação entre sofrimento social e norma, Emmanuel Renault afirma que, em alguns casos, é impossível identificar um problema social ou uma injustiça tendo como horizonte apenas a dimensão normativa (RENAULT, 2020, p. 8). Exemplos ilustrativos dessa dificuldade podem ser encontrados, de acordo com o autor, quando se olha para os obstáculos enfrentados por alguns coletivos e movimentos sociais que ocupam o centro do debate público atual. Segundo ele, a reivindicação de melhores condições de saúde pública, as denúncias dos riscos trazidos por certos tipos de indústrias, os protestos que apontam para o caráter potencialmente trágico da emergência climática e a defesa - especialmente em regiões específicas da Europa - da manutenção dos direitos conquistados durante o auge do estado de bem estar social são reivindicações que não encontram seus maiores desafios no âmbito normativo. Se considerarmos o cenário brasileiro, talvez seja possível fazer a mesma observação acerca dos movimentos que lutam por reforma agrária ou aqueles que lutam por reforma urbana e direito à moradia. No mais das vezes, eles dirigem seu esforços menos para questões de ordem normativa e mais para compreensão “dos meios disponíveis” capazes de, nos termos de Renault, “*to make the situation better*”. Em outras palavras, o que se disputa nesses casos são menos “as normas comumente mobilizadas para mostrar que determinado problema social *deveria* tornar-se matéria de preocupação pública” e mais “o conhecimento das causas e consequências de um problema ou risco” (RENAULT, 2020, p. 12, 13. Grifo do autor). De todo modo, isso não implica, como veremos na parte final desse texto, o abandono do elemento normativo, mas o cuidado teórico de não hipostasiar a norma em detrimento da crítica. É com esse espírito que pretendo abordar o sofrimento social como uma dimensão da pobreza.

## 2. Sofrimento social: contornos e distinções

Para lidar com o problema tal como formulado aqui é preciso um esforço inicial de apresentar alguns contornos mais gerais sobre a noção de sofrimento social. No entanto, não proponho elencar diferentes abordagens sobre o tema no estilo de um trabalho historiográfico. O que pretendo é construir uma síntese sobre o tema, ainda que provisória, guiada por um trabalho relativamente recente e reconhecidamente relevante sobre o sofrimento social, que me permita destacar os elementos mais promissores capazes de situá-lo como uma dimensão da pobreza. Conforme já foi indicado, para realizar esse trajeto vou me orientar, primordialmente, pelo trabalho elaborado por Emmanuel Renault intitulado *Souffrances Sociales: philosophie, psychologie et politique*.

Uma das preocupações do autor nessa obra é mostrar que há duas exigências que devem ser preenchidas para que uma análise sobre o sofrimento social possa conduzir a uma crítica social: a primeira exigência é que a análise esteja integrada a uma teoria social mais geral; a segunda, é que ela esteja articulada a um conjunto de normas capazes de tornar possível a distinção entre o normal e o patológico (RENAULT, 2008,



p. 306). Outro elemento igualmente decisivo trazido por Renault é sua opção por pensar o sofrimento social a partir da articulação de fatores psíquicos e sociais. Esse trajeto permite, segundo o autor, construir uma abordagem orientada por três caminhos: o primeiro pretende ser capaz de propor uma “tentativa de resolução de diferentes aporias” próprias da concepção de sofrimento social; o segundo pretende, a partir da mobilização do que foi alcançado no caminho anterior, investigar dois conjuntos específicos de sofrimento que Renault nomeia de “clínica da atividade” e “psicodinâmica do trabalho”; o terceiro caminho busca, também mobilizado pelo que foi alcançado no primeiro, investigar aspectos do sofrimento ligados àquilo que o autor chama de “grande precariedade”. Em todos esses casos a investigação se moverá mais no âmbito de “paradigmas” e “modelos explicativos” do que em um “campo teórico unificado” (RENAULT, 2008, p. 306 - 307).

Para lidar com o objetivo que quero desenvolver aqui, o foco estará mais no primeiro e no terceiro caminho propostos por Renault. Nesse sentido, a ideia de sofrimento social pretenderá “caracterizar certas *experiências sociais negativas*” de nosso tempo que “não podem ser reduzidas ao efeito transitório das transformações sociais em curso”. Tais experiências podem ser encontradas no sofrimento produzido pelas “novas formas de trabalho”; naquele derivado dos modos de exclusão econômica ou naqueles ligados ao fenômeno da “extrema *pobreza estrutural* da periferia” (RENAULT, 2008, p. 57. Grifos meus).

É nesses termos que ganha mais força a afirmação segundo a qual o termo sofrimento parece apresentar “o resultado de uma não-satisfação durável e insuportável” daquilo que Renault chama de “*besoins du moi*”<sup>1</sup> (RENAULT, 2008, p. 307). O sofrimento estaria ligado a incapacidade, estendida no tempo, de satisfazer necessidades. Porém, não seria qualquer insatisfação, mas aquelas que alcançam um nível tal que as necessidades insatisfeitas podem ser qualificadas como insuportáveis e que, portanto, se situam no campo dos fenômenos produzidos por experiências de “grande precariedade”.

Nessa primeira aproximação, o sofrimento teria relação com a dificuldade de estabilizar e unificar o conjunto de necessidades fundamentais que, juntas, ajudam a formar aquilo que o autor chama de “unidade do eu”. Esse *insuportável*, por sua vez, não pode ser produto da carência de um desejo ou necessidade qualquer, mas está relacionado diretamente com a não-satisfação de necessidades do eu (*besoins du moi*). Nas palavras do próprio autor:

“Por necessidades do eu (*besoins du moi*) nós entendemos um conjunto de necessidades fundamentais ligadas as partes corporal, psíquica e social de nossa existência que definem as tendências gerais orientadas por uma procura de satisfações [...] e de restrições psíquicas ligadas as modalidades a partir das quais essas tendências devem ser unificadas e simbolizadas para não colocar em perigo a unidade do eu” (RENAULT, 2008, p. 308).

Como compreender a natureza dessas necessidades? Aqui Renault se orienta por uma antropologia filosófica que ele retira dos *Manuscritos de 44*. Segundo o autor francês, nessa obra Marx esboça os traços mais decisivos de uma antropologia negativa que enxerga as mulheres e os homens como seres de necessidade. Com isso, Marx mostra, segundo Renault, que um traço evidente de sua antropologia filosófica é a consideração segundo a qual mulheres e homens possuem uma “finitude constitutiva”. Esse *manque constitutif* possuiria duas outras dimensões: a primeira é a constatação de que Marx refere-se a “um ser que depende de outra coisa além dele mesmo [...] para conservar sua existência” (RENAULT, 2008, p. 309); a segunda, é a constatação de que “nada define a maneira com que as necessidades fundamentais devem ser satisfeitas”, portanto, as necessidades são apenas “*tendências* que podem ser realizadas de diversas maneiras” (RENAULT, 2008, p. 309). Assim, esse “eu” marcado por necessidades que são tendências, está sempre socialmente implicado, o social torna-se o âmbito a partir do qual é possível lidar com as “faltas constitutivas”, isto é, com as necessidades.

---

<sup>1</sup> Segundo o autor, esse conceito é retirado de Winnicott (RENAULT, 2008, p. 309. Nota 1).

Quando se traz essas reflexões para o campo das abordagens psíquicas Renault sustenta que as pulsões devem ser consideradas como elementos separados do campo das necessidades. Assim, o trabalho das abordagens psíquicas consiste, em grande medida, em “unificar tendências” e produzir “compromissos estáveis” entre as exigências de satisfação psíquicas e as exigências sociais, considerando os meios disponíveis (RENAULT, 2008, p. 309. Grifos do autor)<sup>2</sup>.

Vale destacar, nesse sentido, que quando Renault se refere as necessidades do eu ele não trata de uma concepção que cristaliza modos naturais de comportamento tal como podemos encontrar nas clássicas teorias da natureza humana. O que o autor destaca são tendências que podem ou não ser realizadas a depender de um mundo exterior que já está socialmente configurado de um modo determinado. Essa prévia configuração social, no entanto, é incapaz de definir de forma absoluta os modos com que as necessidades, que são tendências, podem ser satisfeitas. Assim, a dimensão social surge como âmbito dentro do qual se encontram os *meios* para lidar provisoriamente com as necessidades que caracterizam a “finitude constitutiva” dos sujeitos.

Entretanto, os modos de acessar esses meios também são construídos social e politicamente. É nesse momento que as possibilidades de estabilizar provisoriamente as necessidades<sup>3</sup> e a busca pelos meios de fazê-lo, ganham a forma de conflitos. Nesse momento, a dinâmica instável que resulta da reunião das necessidades insatisfeitas e dos meios sociais disponíveis produz algumas indeterminações que dificultam o estabelecimento de distinções conceituais que são decisivas para melhor compreender o sofrimento. Sem estabelecer tais distinções com alguma precisão dificilmente o sofrimento poderá ser visto como um elemento de crítica social<sup>4</sup>. Por isso, vale apresentá-las aqui como forma de oferecer maior clareza para o argumento.

De acordo com Renault, a primeira distinção que pode ser produtiva nesse contexto é a que procura separar sofrimento e dor. A dor se resume a um “fenômeno fisiológico e a uma sensação” ao passo que o sofrimento comporta uma “dimensão mais propriamente psicológica” que pode tanto se seguir da dor, quanto derivar-se de outra fonte independente. Portanto, “toda dor pode ser vivida como sofrimento, mas alguns sofrimentos podem ter uma origem propriamente psíquica” (RENAULT, 2008, p. 41). Embora seja possível afirmar que divisões dessa natureza tendem a ser demasiadamente estanques e, por consequência, contribuir para que se perca de vista a comunicação que há entre dor e sofrimento, elas podem também operar como marcadores que iluminam diferenças. É nesse sentido que, mesmo aceitando as dificuldades de distinguir as origens psíquicas e sociológicas da dor e, mais que isso, admitindo que o sofrimento, assim como a dor, possa ser experienciado corporalmente, é possível sustentar que sofrimento e dor possuem pontos de distinção.

Um dos elementos que ajudam a distinguir uma do outro é que nem toda dor é vivida como sofrimento. As dores de um aprendiz de artes marciais ou aquelas descritas pelo conceito de masoquismo são exemplos de que nem sempre elas “são vividas como sofrimento” (RENAULT, 2008, p. 41. Nota 1) e, portanto, não

---

<sup>2</sup> “Essa análise clássica deve ser completada pela consideração do fato que o psiquismo se define por pulsões apartadas das necessidades e por um trabalho destinado a unificar as tendências que elas (pulsões) fundam e a encontrar compromissos estáveis entre suas exigências de satisfação, as exigências sociais e a disponibilidade dos meios para sua satisfação” (RENAULT, 2008, p. 309).

<sup>3</sup> O espírito presente na noção de necessidade tal como apresentada por Renault pode ser encontrado também em outros autores próximos ao pensamento marxista como, por exemplo, Herbert Marcuse. Segundo o autor de *O homem unidimensional*, “as necessidades humanas são necessidades históricas e à medida que a sociedade exige o desenvolvimento repressivo do indivíduo, suas próprias necessidades e a sua demanda por satisfação estão sujeitas aos padrões críticos dominantes” (MARCUSE, 2015, p. 44).

<sup>4</sup> O intuito é construir uma “análise conceitual” do sofrimento (RENAULT, 2008, p. 307). Contudo, mesmo que essas distinções possam ser compreendidas apenas como “distinções semânticas”, elas não perdem sua legitimidade como formas de melhor compreender o sofrimento social (RENAULT, 2008, p. 42).



são situações que exigem a intervenção crítica ou mobilização de defesas, não são produtos de expectativas não satisfeitas que se estendem no tempo. Talvez seja possível afirmar que todo sofrimento deve ser combatido de alguma forma, mas o mesmo não se pode dizer sobre a dor. Nesse sentido, insiste Renault, “o sofrimento é suscetível de gradação”<sup>5</sup> e isso significa, entre outras coisas, que ele pode produzir uma espécie de distorção na relação com o passado, o presente e o futuro. Assim, o sofrimento<sup>6</sup>, diferente da dor, possui a capacidade de romper com o passado e com o futuro, por vezes, circunscrevendo o sujeito em um ambiente de *stress*, em um “presente inquietante e humilhante”<sup>7</sup> (*dévalorisant*)” (RENAULT, 2008, p. 42).

No entanto, o sofrimento pode possuir um aspecto crítico, isto é, ele pode trazer consigo a “capacidade de mobilização da nossa vida consciente”, a “capacidade de transformar nossos modelos de interpretação de nós mesmos” além de alimentar e poder transformar “nossa interação com os outros e com nossa consciência do tempo”. Isso significa que “o sofrimento comporta uma dimensão crítica” desde que ele impulse a capacidade de nomear os processos em que os indivíduos não vão bem (RENAULT, 2008, p. 43). Quando esse impulso pode ocorrer? A partir do momento em que o sofrimento aponta para questões como a desfiliação ou fragilização dos laços sociais. O apoio social “é geralmente considerado como um recurso exigido para suportar as violências” (RENAULT, 2008, p. 323) cotidianas, conseqüentemente, o enfraquecimento da cooperação social traz um tipo de sofrimento que possui potenciais críticos, desde que seja capaz de identificar as causas<sup>8</sup> que têm o sofrimento como consequência.

Outra distinção importante para os propósitos desse texto é entre sofrimento normal<sup>9</sup> e anormal. Vale destacar que, embora o sofrimento seja um componente da existência humana, não se pode perder de vista que existem “qualidades de sofrimento diferentes”. Por isso é necessário distinguir sofrimento normal e anormal, ainda que essa distinção permaneça sempre aberta e com limites fluídos. Os critérios que podem auxiliar nessa tarefa podem ser de natureza interna ao âmbito *psíquico*, quando dizem respeito à fragilização e ruptura da identidade que produz tanto a perda de capacidade do eu quanto estruturas psíquicas patológicas; podem ser retirados dos *efeitos sociais produzidos pelo sofrimento*, isto é, do enfraquecimento das relações sociais e do colapso (*effondrement*) dos horizontes de expectativa; mas podem ser retirados também de *normas éticas ou morais* que dizem respeito aos sofrimentos intoleráveis, injustificáveis, inadmissíveis etc.

Nesse sentido, Renault afirma que quando o sofrimento social é considerado como a “dimensão social de um sofrimento normal ou constitutivo da condição humana” não há possibilidade de enxergar ali qualquer potencial crítico. No entanto, “quando o sofrimento é entendido como sofrimento anormal, a noção de sofrimento social, que designa a dimensão social de distúrbios subjetivos graves, pode ser objeto de um uso crítico” (RENAULT, 2008, p. 45). Nesse sentido, é possível distinguir três formas de sofrimento anormal: o sofrimento do social (emprego metafórico da noção); o sofrimento no [interior do] social (sofrimento geralmente empregado em um sentido “relativamente indeterminado” apenas para “designar

---

<sup>5</sup> Esse é um elemento fundamental do argumento. Voltarei a ele na parte final do texto.

<sup>6</sup> Aqui é preciso ressaltar as fragilidades de um expediente que procura reduzir sofrimento ao *stress*. Quando isso ocorre o que se tem, no mais das vezes, é uma forma criticamente esvaziada de olhar o sofrimento sem, no entanto, deixar de considerá-lo normativamente. Sobre esse aspecto: cf. RENAULT, 2020, p. 6.

<sup>7</sup> Voltaremos a esse tópico porque a noção de humilhação será importante para a parte final desse trabalho.

<sup>8</sup> Para Renault, essa orientação crítica também necessita de um trabalho de articulação entre filosofia e ciências, ou seja, sem um trabalho interdisciplinar dificilmente a crítica brotará da experiência nua do sofrimento. Aqui reside um ponto decisivo que não poderei abordar nesse momento, a saber, como despertar ou incentivar um comportamento crítico, isto é, como estimular, em particular entre os mais pobres, o desejo de elaboração teórica capaz de justificar suas posições? Promover esse estímulo sem que isso se transforme em novas formas de opressão ou de violência epistêmica é outro desafio quando a questão é aproximar sofrimento social e crítica social. Para situar esse debate, ainda que de forma introdutória: Cf. RENAULT, 2020, p. 10-11.

<sup>9</sup> “Sofrimento normal é uma forma de apropriação do sofrimento relativamente bem sucedida, [isto é] uma integração do sofrimento ao eu psíquico e ao eu social” (RENAULT, 2008, p. 325).

o social enquanto grandeza coletiva”) e o sofrimento social (que toma o sofrimento e o social em “sentido próprio”) (RENAULT, 2008, p. 47-48). O sofrimento social tal como formulado em seu “sentido próprio” diz respeito aos “distúrbios subjetivos que brotam do sofrimento propriamente dito na medida em que pertencem a vida afetiva dos indivíduos” (RENAULT, 2008, p. 48). Nesse sentido, pensado em um plano de análise fenomenológico, o sofrimento pode ser tomado como um *afeto* (RENAULT, 2008, p. 42).

Essa forma de conceber o sofrimento social de modo a não apenas distanciá-lo da dor, mas distinguir entre uma versão normal e uma anormal, pode ser pensado a partir de duas abordagens: uma *psicológica*, que analisa os componentes psíquicos dos problemas subjetivos; e uma *sociológica*, que analisa as condições sociais do sofrimento, de sua experiência social e do efeito que ela exerce sobre as interações e as instituições.

Quando o objetivo é tratar da abordagem que privilegia a dimensão psicológica do sofrimento social, Renault a separa em duas frentes: de um lado, estão as interpretações que pensam o social como elemento não determinante; de outro, estão aquelas que enxergam o social como elemento condicionante. No primeiro caso, a dimensão social do sofrimento designa apenas “a parte social de todo sofrimento anormal”. Aqui, aponta Renault, “o sofrimento não é especificamente social”, muito embora ele possa estar na sua gênese. No segundo caso, a especificidade está no fato que o sofrimento é “causado pelo social”, o que significa que é possível identificar “processos sociais específicos” que atuam como parte determinante do sofrimento anormal (RENAULT, 2008, p. 49).

Quando a abordagem em questão privilegia a dimensão sociológica do sofrimento social, Renault ressalta que o conceito explicita de forma mais evidente a “*experiência* social ou a *dinâmica* social do sofrimento” (RENAULT, 2008, p. 50. Grifos do autor). Nesses dois sentidos, o sofrimento pode ser analisado a partir da investigação sobre “as construções culturais do suportável e do insuportável, as formas e funções das representações sociais do sofrimento e as diferentes respostas sociais ao que é socialmente identificado como sofrimento” (RENAULT, 2008, p. 50). Note-se que aqui o aspecto cultural ganha maior atenção quando se destaca que “a significação que as culturas conferem ao sofrimento” também constitui um aspecto presente na abordagem que privilegia a dimensão sociológica. A própria concepção acerca do que deve ou não deve ser considerado como insuportável possui uma dimensão cultural. Nessa abordagem também torna-se evidente que há um movimento que privilegia análises que destacam o sofrimento social a partir de “relações sociais rotineiras” (RENAULT, 2008, p. 51), isto é, o foco está na análise das dinâmicas cotidianas que envolvem experiências de sofrimento.

Assim, o esforço de distinguir entre duas formas de lidar com o sofrimento social é um modo de conferir maior clareza e estabelecer contornos mais evidentes para o problema. No entanto, tomadas em si mesmas, as duas abordagens possuem limitações. A visada sociológica encontra dificuldades em identificar as causas do sofrimento ao evitar se engajar na análise dos processos psíquicos quando eles se sobrepõem aos processos sociais. A visada psicológica, bem como a psicanalítica, encontra dificuldades, no mais das vezes, ao se mostrarem incapazes de desenvolver análises profundas dos fatores sociais quando se dedicam a teorizar efeitos subjetivos específicos. É por isso que Renault ressalta que “o conteúdo da ideia de sofrimento social clama por um descentramento sociológico da psicologia e um descentramento psicológico da sociologia”. E insiste: “o termo “sofrimento” designa uma realidade que extrapola as técnicas sociais disponíveis para exprimi-la [...]” ele explicita um conjunto de significações, representações e práticas sociais que representam “uma parte do real da experiência social que é irredutível a uma categorização”



absolutamente evidente<sup>10</sup> (RENAULT, 2008, p. 55). Por isso, para tornar o conceito mais determinado exige-se articulá-lo ao *social*. Isso significa pensar o social não como um “conjunto de normas reconhecidas como legítimas” pelos indivíduos, tampouco como “um conjunto de relações sociais que os indivíduos, permanentemente, interpretam, confirmam e modificam na interação”. O social presente no sofrimento social, segundo Renault, consiste em um “conjunto de relações [...] de dominação<sup>11</sup>, [...] em redes de suporte intersubjetivo e em objetos materiais [...] capazes de satisfazer necessidades”. Portanto, ele é o espaço em que são produzidas toda sorte de “relações de dominação”, mas é também, e ao mesmo tempo, onde são gerados e mobilizados os instrumentos e valores que são “capazes de satisfazer necessidades” dos sujeitos. Nesse sentido, a reafirmação sistemática da opressão, a fragilização dos suportes intersubjetivos e a insatisfação ligada à falta ou limitação material “são três fatores dinâmicos do sofrimento social que pertencem ao real da experiência social” (RENAULT, 2008, p. 56).

Como vimos, Renault considera o sofrimento social a partir de um duplo movimento de análise que se retroalimenta alternando abordagens psicológicas e sociológicas. Esse duplo movimento é importante na medida em que permite enxergar o sofrimento social não apenas como uma questão objetiva de “experiências sociais negativas” causadas, por exemplo, por determinados níveis de privação material ou desfiliação social. Ele permite enxergar também que os modos de subjetivação dessas experiências negativas produzem múltiplas formas de “estruturação da psiquê individual”. Essa multiplicidade, por sua vez, é capaz de forjar “personalidades indutoras” de diferentes respostas às experiências sociais negativas (RENAULT, 2008, p. 61). Aqui reside parte da aposta do autor no potencial crítico das experiências de sofrimento social.

Nesse momento, penso ser possível realizar uma espécie de migração metodológica de alguns elementos que Renault mobiliza para pensar o sofrimento social e mobilizá-los também para pensar o fenômeno da pobreza. O próprio autor realiza aproximações nessa direção, mas sempre dando ênfase ao que ele chama de pobreza extrema ou miséria (RENAULT, 2008, p. 25, 44, 57, 105). Assim, a partir de agora, meu intuito é apresentar alguns elementos mais gerais sobre os problemas teóricos que envolvem a concepção de pobreza e, ao mesmo tempo, mobilizar alguns *insights* trazidos pelo debate acerca do sofrimento social que podem ajudar a pensar a pobreza não apenas como experiência de privação extrema (ligada ao mínimo), mas como níveis distintos de falta de acesso ao que foi socialmente produzido. Embora o próprio Renault, no mais das vezes, se refira à pobreza em termos que podem ser descritos como falta do

---

<sup>10</sup>Nesse particular, Rahel Jaeggi (2021) mostra uma convergência sobre o lugar do sofrimento na crítica social, quando aponta para dificuldade de determiná-lo normativamente. A certa altura de suas respostas às observações que chamam atenção para a centralidade que o sofrimento pode ocupar na crítica social, a autora afirma que, sozinho, o sofrimento é “normativamente indeterminado” e, por isso, seria incapaz de construir uma orientação emancipatória (JAEGGI, 2021, p. 209). Segundo a autora, ainda que uma distinção entre sofrimento individual, social e sistêmico possa oferecer caminhos promissores para a crítica social, ela afirma estar “convencida de que padrões (*standard*) para a teoria crítica devem ser baseados em algo mais que exclusivamente o sofrimento”. Nessa mesma direção, ressalta ainda que o “sofrimento pode ser um ponto de partida para análise e crítica, mas mesmo que seja entendido e analisado como sofrimento *sistêmico* ele não pode ser a última palavra” (JAEGGI, 2021, p. 208. Grifo da autora).

<sup>11</sup>Nesse contexto, Renault mostra que a dominação deve ser compreendida como “formas gerais de relações sociais de classe, de gênero e de raça”. De um lado ela “limita as liberdades de ação dos indivíduos”, de outro ela opera como um “princípio de justificação de hierarquias sociais que passa por uma justificação do exercício da coerção e por modos de interiorização da obediência”. Ela possui uma natureza ambivalente que pode ser enunciada da seguinte forma: “nós recusamos [a dominação] com todas as nossas forças ao mesmo tempo em que sabemos que *nós não temos outra escolha* a não ser nos submetemos” (RENAULT, 2008, p. 323-4. Grifo meu). Minha opção nesse trabalho é utilizar menos o conceito de dominação e mais o de opressão. O motivo fundamental é um esforço de evitar um conceito que, em alguma medida, possa significar que “nós não temos outra escolha a não ser nos submetemos”. Minha hipótese, ainda que eu não tenha condições nesse momento de desenvolver uma justificativa extensa para sustentá-la, é que a noção de opressão deixa margens mais amplas para evitar concepções demasiadamente fechadas ao exercício da crítica e ao agir humano.

mínimo, ele traz elementos que nos permitem pensar esse fenômeno social de modo um pouco menos restrito às experiências de privação extrema.

### 3. Sofrimento social e pobreza: aproximando métodos de investigação

Até aqui foi possível estabelecer algumas distinções capazes de oferecer contornos um pouco mais precisos à noção de sofrimento social: trata-se de experiências sociais negativas que dizem respeito a vida afetiva e que se distingue da dor; pode ser dividido entre normal e anormal; está ligado às experiências insuportáveis e aos distúrbios subjetivos graves (embora também seja “suscetível de gradação” e esse aspecto é decisivo para o argumento) presentes na vida afetiva dos indivíduos; é um fenômeno que tem uma origem social que pode ser explicitada a partir de um duplo movimento de abordagens sociológicas e psicológicas que se corrigem mutuamente. Uma vez realizada essa caracterização inicial, a partir de agora quero abordar alguns aspectos elementares do fenômeno da pobreza para, em seguida, situar o sofrimento social como uma de suas dimensões específicas.

Porém, antes de expor aquilo que entendo compor os traços mais estruturantes de uma noção crítica de pobreza vale ressaltar ainda que, de acordo com Renault, o sofrimento social pode ser visto também como um método de análise. Nesse sentido, ele ressalta que o “conceito de sofrimento social designa um *tipo de método de investigação* das expectativas subjetivas ligadas a certas *experiências sociais negativas*”. Portanto, ele é “mais que uma categoria psicológica [...] ou uma noção sociológica destinada à explicar regularidades sociais”, e pode ser tomado como um “*modo de problematização* de certos fenômenos que se situam entre o biográfico e o social [...]” (RENAULT, 2008, p. 64. Grifos do autor). Assim, aquilo que foi exposto até aqui acerca do sofrimento social pode iluminar uma forma de pensar a pobreza, começando por lembrar que ambos podem ser vistos como “experiências sociais negativas”. No entanto, para tratar especificamente da pobreza, penso que essas experiências negativas podem ser melhor apresentadas como *falta de acesso*. Uma aproximação inicial do fenômeno da pobreza pode ser apresentada, nesse sentido, como falta de acesso ao que foi socialmente produzido<sup>12</sup>.

Infelizmente, nesse espaço não há meios de abordar, com todo o cuidado necessário, a complexidade presente no esforço de analisar os contornos mais gerais de uma noção crítica de pobreza<sup>13</sup>. Neste momento, vou apenas resgatar alguns aspectos sobre essa questão com intuito de posicionar o sofrimento social como dimensão da pobreza.

Dentre os incontáveis trabalhos sobre a pobreza, divididos entre praticamente todas as grandes áreas do conhecimento, há um traço que parece emergir como tendência interpretativa frequentemente presente, a saber, um movimento comum de aproximação entre pobreza e mínimo. Tradições interpretativas de diferentes orientações teóricas e ideológicas tendem a ligar o fenômeno da pobreza, em maior ou menor medida, a uma experiência de privação do mínimo.<sup>14</sup> Como forma de ilustrar esse argumento, vale mencionar que

---

<sup>12</sup> Nesse momento seria necessário um desenvolvimento maior no sentido de distinguir a concepção apresentada aqui da clássica leitura marxista, segundo a qual, os donos dos meios de produção (ricos) acessam tudo que foi socialmente produzido e os trabalhadores (pobres), por sua vez, acessam apenas aquilo que seu salário permite. A dinâmica atual do capitalismo não parece se adequar a uma teoria da pobreza pensada estritamente nesses termos. Em linhas gerais, isso se deve ao fato que não é difícil encontrar trabalhadores como CEOs, *managers* e gestores de grandes conglomerados multinacionais que possuem altíssimos salários. Esses trabalhadores podem acessar, sem dificuldades, tudo aquilo que foi socialmente produzido. Portanto, são trabalhadores, mas não são pobres de acordo com a concepção que apresentamos aqui. Em outras palavras, pobreza não é necessariamente uma noção coextensiva ao conceito de classe trabalhadora e explorada. Esse ponto do argumento exigiria um tratamento mais cuidadoso que, por motivos de espaço, não poderá ser desenvolvido aqui.

<sup>13</sup> Partes da argumentação que se segue nessa seção pode ser encontrada no seguinte texto: “A critique of poverty: exploring the underground of social philosophy”. *Theoretical Practice*. (42) 4: 139 - 165. 2021.

<sup>14</sup> *Idem*. Cf. Especialmente a seção: “Relative poverty, absolute poverty and minimum guarantees”



de acordo com Townsend (1979, 1987) o esforço gira em torno de mostrar que a privação que caracteriza a pobreza é aquela que reduz os pobres a um padrão abaixo da média cristalizada em cada sociedade. Para Lipton (1988), a saída está na resolução da equação entre gastos familiares e alimentação adequada. Por isso, de acordo com ele, pobres são os que gastam 70% ou mais da renda familiar com alimentos e, embora não sejam marcados exclusivamente por isso, podem conviver com a fome. Pogge (2002), por sua vez, encontra pobres lá onde não estão garantidas as “mínimas exigências da existência humana”, tais como acesso a comida, água, vestimenta, abrigo, cuidados médicos básicos e educação básica. Garantir um pacote de “necessidades que devem ser satisfeitas”, independentemente das especificidades culturais, é uma forma de superar a pobreza extrema, de acordo com Dieterlen (2006). No que lhe concerne, Serge Paugam (2013) destaca como uma das três formas de enxergar a pobreza aquele tipo de experiência social que produz desqualificação social. Segundo ele, fenômenos como marginalização e degradação da vida são dimensões que surgem a partir dessa desqualificação. Assim tem-se que: padrão abaixo da média, fome, falta de água, falta de comida e cuidados médicos, necessidades mínimas insatisfeitas e formas de desqualificação social são algumas das características que, segundo os autores em questão, ajudam a compor o cenário de pobreza. Por isso, eles não parecem fugir à tendência reconhecida por Dieterlen segundo a qual “os métodos para medir a pobreza têm sido estabelecidos para detectar aquilo que é minimamente aceitável” (DIETERLEN, 2006, p. 129). Em síntese, é possível identificar que há um olhar comum que é partilhado, em diferentes medidas, por boa parte dos trabalhos teóricos sobre a pobreza, que enxerga esse fenômeno social apenas ali onde se experimenta profundos níveis de privação.

Para mobilizar uma imagem construída pela tradição do pensamento crítico que ajuda a compreender a tendência apontada acima, basta lembrar que tudo se passa como se só fosse possível enxergar pobreza ali onde a vida é, nos termos de Marx, “compatível [...] com uma existência animal” (MARX, 2004, p. 24). A tendência em conceber aproximações dessa natureza seria não apenas um fenômeno observável nos usos comuns do termo pobreza, como também um elemento conceitual característico em boa parte das teorias mais influentes sobre o tema. Se essa caracterização estiver correta, penso ser teoricamente produtivo um esforço que pretende contribuir com seu reposicionamento, tornando a noção de pobreza mais complexa e crítica na medida em que se distancia de uma espécie de domínio quase-exclusivo das experiências extremas de privação. Um movimento dessa natureza pode construir formas de iluminar níveis capazes de compreender gradações presentes no fenômeno da pobreza que não a reduza às experiências de privação profunda.

Vários motivos permitem esse reposicionamento, talvez um dos mais persuasivos possa ser apresentado nos seguintes termos: ainda que seja possível afirmar que o atual nível da riqueza social disponível nunca foi tão alto, mesmo assim, é crescente o abismo entre os que acessam de forma ilimitada a riqueza socialmente produzida e os que se esforçam para acessar o mínimo. É nesse sentido que se pode compreender afirmações que ressaltam que a expectativa de vida média de uma criança que nasce no continente africano hoje é maior do que aquela de uma criança que viveu em Londres no século XIX<sup>15</sup> (DEATON, 2017, p.11). Se olharmos para o nível de produção social da riqueza e para os desníveis presentes nas condições de acesso a ela, o argumento pode ficar mais claro. É nesse sentido que o economista e antropólogo Jason Hickel ressalta que “É simples afirmar que a dívida entre pobres ricos e pobres sempre existiu”, mas frequentemente se oculta que “o fosso entre a renda real per capita do Norte global e do Sul global quase triplicou de tamanho desde 1960” (HICKEL, 2018, p. 2). Hickel chega mesmo a afirmar que, se considerada em termos de PIB, é possível notar que a desigualdade entre os países ricos e pobres triplicou desde a década de 1960 (HICKEL, 2018, p. 55).

---

<sup>15</sup> A fragilidade desse tipo de argumento reside fundamentalmente no fato que: “Se os extremos da pobreza não diminuíram, eles aumentaram, já que aumentaram os extremos da riqueza” (MARX, 2013, p. 727).

Observações como essas permitem tornar mais sólido o caminho que considera que uma noção crítica de pobreza pede que ela seja tomada a partir das transformações que têm revolucionado o mundo do trabalho e da produção de riquezas a tal ponto que, conforme indica Hickel, o abismo entre ricos e pobres tem se tornado cada vez maior. A partir deste cenário é que minha hipótese mais geral acerca da pobreza enquanto fenômeno social sugere que o nível de negação do acesso ao que foi socialmente produzido é que deve ser sua medida. Assim, quanto mais distante de acessar a riqueza social, mais pobre<sup>16</sup>. Quando essa negação atinge níveis que ameaçam a sobrevivência, como falta de acesso a saúde, a alimentação e moradia, o que se tem é uma vida animal, ou talvez mais apropriadamente, barbárie. Assim, quando se considera a soma da riqueza socialmente produzida<sup>17</sup> e a desigualdade global<sup>18</sup> que ainda persiste, parece razoável considerar a pobreza como falta de acesso ao que foi socialmente produzido. Considerada de forma mais direta, é possível afirmar que a pobreza é a negação, em algum nível, do acesso<sup>19</sup> tanto àquilo que foi socialmente produzido quanto ao que está disponível na natureza, desde que a universalização (tornar-se comum<sup>20</sup>) do acesso não inviabilize ou enfraqueça o convívio social, mas contribua para manutenção ou

---

<sup>16</sup> Aqui a leitora ou o leitor poderia se perguntar o seguinte: não estaríamos descrevendo mais os contornos da desigualdade do que os da pobreza? A objeções dessa natureza seria preciso relembrar o que Thomas Piketty aponta como tendência dos últimos quarenta anos. Segundo o que ele apresenta em *Capital e Ideologia*, a riqueza tem sido acumulada nas mãos de um grupo cada vez mais restrito, e as tradicionais classes médias têm se distanciado do topo e se aproximado cada vez mais da base da pirâmide social (PIKETTY, 2020, p. 35). O quadro, portanto, é de tendência à hiperconcentração nas mãos de poucos e à privação cada vez maior para muitos. Com um cenário desses, qual a capacidade crítica de uma concepção de pobreza normativamente orientada pelo mínimo? Pensar a pobreza nesses termos significa, em grande medida, neutralizar a capacidade de criticar uma realidade própria das sociedades capitalistas, agravada no início do século XXI, a qual reúne, ao mesmo tempo, duas tendências: crescimento global e concentração de riquezas. Em uma realidade em que recordes de riqueza têm sido alcançados ano após ano, não parece ser razoável enxergar a pobreza apenas lá onde se experencia privações extremas. Assim, a noção de pobreza proposta aqui mantém a distinção entre pobreza e desigualdade, na medida em que reconhece que existem aqueles que têm e aqueles que não têm acesso a tudo que foi socialmente produzido. Entre esses últimos existem diferenças de grau, mas todos são pobres porque a eles é negado, ainda que em níveis diferentes, o acesso ao que foi socialmente produzido. Há portanto desigualdade entre os que têm acesso pleno ao que foi socialmente produzido e aqueles que não têm. Entre esses últimos, que são pobres, a desigualdade reside nos níveis de falta de acesso.

<sup>17</sup> O *Relatório Global* produzido pelo *Credit Suisse Research Institute* traz um quadro de 2019, portanto ainda relativo ao que se pode chamar de período pré-pandêmico, que apresenta um nível recorde da riqueza mundial. Mais precisamente, o relatório afirma que “A riqueza global aumentou 2,6% [ em 2019 ] e atingiu US\$ 360 trilhões, enquanto a riqueza por adulto bateu um novo recorde de US\$ 70.850, ficando 1,2% acima do nível observado em meados de 2018” (CRÉDIT SUISSE, 2020, p. 2).

<sup>18</sup> Nos termos apresentados pelo economista francês Thomas Piketty, o período que abrange 1980 e 2020 mostra um crescimento das desigualdades, capitaneado por uma “ideologia neoproprietarista particularmente radical” (PIKETTY, 2020, p. 30).

<sup>19</sup> Considerar a “igualdade de acesso” como um aspecto central de uma reflexão sobre a pobreza é algo que o economista indiano Srinivasan também propõe, particularmente em *Poverty: some measurements problems* (1977). Entretanto, Srinivasan não desenvolve a noção para além da exigência de um conjunto de necessidades que ele julga serem imprescindíveis para superação da pobreza, a saber, facilitar acesso a educação, auxílio médico e oportunidades de trabalho (SRINIVASAN, 1977, p. 2). Nesse sentido, ele ainda se mantém às voltas com o horizonte do mínimo que está consubstanciado na garantia do acesso a esses três aspectos.

<sup>20</sup> Aqui a obra de Pierre Dardot e Christian Laval intitulada *Comum: ensaio sobre a revolução no séc. XXI* se apresentam como uma referência para desdobramentos futuros. Um dos elementos que mais contribui para o debate sobre a pobreza é a que aparece como “proposição política 2” que distingue entre “direito de uso e propriedade”. Essa distinção mostra que aquele que é “usuário do que é comum” relaciona-se com os outros fundamentalmente por meio da “coprodução das regras que determinam o uso comum”. Para Dardot e Laval esse é um vínculo decisivo porque não está ancorado na “divisão de uma mesma propriedade entre pessoas desigualmente proprietárias”, mas sim na “coobrigação que prevalece entre todos os que usam simultaneamente uma coisa que é “extrapropriedade” (DARDOT; LAVAL, 2018, p. 497). A noção de cooperação também ganha centralidade aqui. A esse respeito vale conferir: FISCHBACH, Franck (2015). *Le sens du social: les puissances de la coopération*. Québec: Lux Editeur.



ampliação dos potenciais *individuais e coletivos*<sup>21</sup>. Trata-se, portanto, assim como no sofrimento social, de uma experiência social negativa que possui gradações.

Vale destacar, no entanto, que quando se pensa a pobreza em termos de negação do acesso, isso não significa que combatê-la passe pela defesa aberta do crescimento e da ampliação de riquezas sem limites. Todo o debate recente sobre a emergência climática mostra para onde orientações dessa natureza podem nos conduzir. Considerar a pobreza em termos negativos, isto é, como falta de acesso ao que foi socialmente produzido, não implica que o avesso positivo dessa consideração seja ilimitado. Em outras palavras, não se trata de aceitar, como forma de superação da pobreza, o acesso ilimitado ao que foi socialmente produzido. Esse acesso encontra seu limite lá onde ele começa a se tornar um obstáculo. Quando a liberdade de acesso à riqueza torna-se um obstáculo social, ela deixa de ser propriamente liberdade e torna-se opressão ou privilégio. O crescimento econômico sem limites certamente não pode conviver com a concepção de pobreza apresentada aqui. Ao fim e ao cabo, esse é mais um limite colocado pela natureza do que propriamente uma exigência normativa.

Vale insistir, uma vez mais, que a pobreza concebida nesses termos não ignora que combatê-la não deve significar tomar como elemento central o incentivo ao consumo e ao acúmulo de propriedade e bens, como automóveis, para nos prendermos a um exemplo emblemático. Isso porque a universalização do acesso a bens dessa natureza não significará a ampliação das possibilidades sociais e individuais. O contrário é mais provável, isto é, pode representar, a médio e longo prazo, um obstáculo, na medida em que o aumento de carros traz um incontornável passivo ambiental<sup>22</sup> e urbano. Por isso a necessidade de destacar, como forma de combater a pobreza, não a dimensão da posse, mas do acesso comum àquilo que foi socialmente produzido. Trata-se menos de possuir e mais de garantir acesso. Assim, uma noção crítica de pobreza não deve tomar a dimensão exclusivamente econômica como seu aspecto primordial – muito embora certamente esse seja um horizonte incontornável quando se pensa a pobreza.

O que se pretende ao apresentar a pobreza nesses termos é indicar, com alguma objetividade, não apenas como ela deve ser compreendida, mas também iluminar, ainda que de forma provisória e criticável, os níveis (gradação) em que esse fenômeno social pode ser identificado. Nesse sentido, algumas análises sociológicas podem auxiliar a identificar diferentes níveis de pobreza que envolvem, por sua vez, formas distintas de sofrimento social como, por exemplo, experiências de humilhação.

#### **4. Pobreza, sofrimento social e humilhação**

Considerar a pobreza como falta de acesso ao que foi socialmente produzido significa, entre outras coisas, entender que existem diferentes níveis de pobreza. Isso exige um esforço de tentar indicar contornos que permitem situar, de modo um pouco mais preciso, onde esses níveis aparecem nas dinâmicas sociais concretas. Nesse momento, alguns trabalhos recentes da sociologia brasileira podem ajudar. Ainda que

---

<sup>21</sup> Peter Townsend apresenta em *Poverty in the United Kingdom* (1979) uma concepção de pobreza como *privação relativa*. Segundo ele, “A pobreza pode ser definida objetivamente e aplicada consistentemente apenas em termos do conceito de privação relativa” (TOWNSEND, 1979, p. 31, grifos meus). Essa forma de olhar para pobreza pode conviver com uma noção concebida em termos de falta de acesso. Porém, existe uma diferença que não nega o que Townsend apresenta, mas adiciona um elemento que considero decisivo para produzir uma noção crítica de pobreza: a superação dessa “privação relativa” não reside no incentivo à posse de garantias mínimas ou necessidades básicas de acordo com o padrão de alguma sociedade particular, mas na garantia de acesso ao que foi socialmente produzido nos termos apresentados acima.

<sup>22</sup> Ainda que não seja possível desenvolver aqui essa dimensão, não se pode deixar de ressaltar que esse é um elemento cada vez mais central também quando se trata da pobreza e das formas de combatê-la. Particularmente porque “As populações *mais pobres* serão as primeiras a sofrer as consequências funestas do aquecimento global” (DARDOT; LAVAL, 2018, p.13, grifo meu). Cf também: MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas: Edunicamp. 2016.

não seja possível apresentar aqui os detalhes mais precisos desse debate, há análises que apontam para momentos específicos que podem ser vistos como retratos de diferentes formas de pobreza.

De acordo com Jessé Souza, há uma parte da sociedade brasileira (1/3 segundo o autor) que pode ser pensada como “classe social condenada ao fracasso” (SOUZA, 2009, p. 121). Essa fração de classe está “abaixo dos princípios de dignidade e expressivismo, condenada a ser [...] apenas “corpo”, mal pago e explorado, e por conta disso é objetivamente desprezada e não reconhecida por todas as outras classes que compõem nossa sociedade” (SOUZA, 2009, p. 122). Essa fração da sociedade brasileira é conceitualmente descrita por Souza como *ralé*. O mesmo autor destaca ainda que, em especial a partir do início dos anos 2000, surgiu na sociedade brasileira “uma classe social nova e moderna, produto das transformações recentes do capitalismo mundial que se situa entre a ralé e as classes média e alta”. Essa nova classe se caracterizaria não apenas por estar “incluída no sistema econômico”, mas também por ser “produtora de bens e serviços valorizados” e ser “consumidora crescente de bens duráveis e serviços que antes eram privilégio das classes média e alta” (SOUZA, 2012, p. 26). Esse novo grupo social é conceitualmente entendido pelo autor como *batalhadores*.

Outra caracterização que pode ser considerada no mesmo sentido de tentar captar imagens de níveis mais precisos de pobreza é aquela mobilizada por André Singer como forma de explicar o que ele chamou de “raízes sociais e ideológicas do lulismo” (SINGER, 2009). Ao recuperar um argumento de Paul Singer, o autor utiliza a noção de *subproletariado* para designar aqueles que “oferecem sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais”. Trata-se, no mais das vezes, de “empregados domésticos, assalariados de pequenos produtores diretos e trabalhadores destituídos de condições mínimas” de participação política. Em termos estritamente econômicos, os subproletariados estariam entre aqueles que possuem uma renda em torno de dois salários mínimos (SINGER, 2009, p. 98-99). Nessa mesma direção, outro trabalho que pode ser indicado aqui é o que mobiliza a noção de *precariado*. É desse modo que Ruy Braga recupera esse conceito que, segundo ele, possui muitas semelhanças com a noção de subproletariado, as divergências seriam mais de caráter sociocupacional e político. Para Braga, a “noção de precariado distingue-se da noção de subproletariado por duas razões: em termos sociocupacionais, retiramos da noção de precariado aquilo que Marx chamou de população pauperizada - assim como o lumpenproletariado [...]; em termos políticos, não acompanhamos a suposição segundo a qual as camadas menos qualificadas e mais mal pagas entre os assalariados não possuem condições de reivindicação e mobilização coletivas” (BRAGA, 2012, p. 26). Assim, precariado e subproletariado designariam esforços teóricos que olham para a mesma fração da sociedade brasileira, no entanto, elas retiram diferentes consequências, notadamente em termos políticos, que alimentam diferentes expectativas em termos de organização e crítica social.

De um modo geral, essas análises sociológicas podem ser compreendidas, embora esse não seja o objetivo específico de nenhuma delas, como investigações que pretendem, entre outras coisas, caracterizar diferentes níveis de um fenômeno social que, como tenho defendido aqui, pode ser teoricamente compreendido como pobreza.



Essa forma de olhar para esse fenômeno social permitirá, no entanto, conceber que sujeitos sejam pobres, em algum nível, mas não necessariamente se auto identifiquem nessa condição<sup>23</sup>. Nesse momento, vale insistir nos efeitos benéficos daquilo que Renault chama de descentramento social do eixo psicológico que permitirá iluminar as formas com que determinados sujeitos estruturam o modo de avaliar a si mesmos em relação à pobreza.

Contudo, se a pobreza for pensada em termos de falta de acesso ao que foi socialmente produzido, será possível identificar a privação de outras dimensões da vida social, além do elemento econômico, que são igualmente decisivas como saúde de qualidade, alimentação de qualidade, educação de qualidade, momentos de ócio e descanso, etc. Lembrando sempre que o que dá a medida da *qualidade* aqui são as condições de possibilidade de satisfazer essas dimensões da vida considerando aquilo que foi socialmente produzido. Pensar a pobreza nesses termos pode contribuir para evitar a hipóstase do elemento econômico centrado na [falta de] propriedade. Nesses termos, *acessar* possui um potencial crítico maior do que *possuir*.

Assim, a análise deverá tomar a direção da ampliação do foco social a partir de onde a pobreza se origina. Tal como o sofrimento, conforme vimos acima, a pobreza também produz situações de humilhação e fragilização de laços sociais que possuem diferentes causas e gradações. De acordo com o que apresentam Rego e Pinzani, ao mobilizarem Avishai Margalit, a humilhação pode ser vista como “um comportamento ou uma situação que oferece a um indivíduo boas razões para afirmar que o respeito de si foi ferido”. Nesses termos, “a humilhação [...] se torna relevante somente quando as circunstâncias que a provocam dependem de ações ou omissões de outros atores”. Desse modo, “a responsabilidade da humilhação pode ser atribuída a determinados atores (indivíduos ou instituições) e podemos, portanto, exigir deles que deixem de agir de maneira a provocá-la ou que eliminem as circunstâncias humilhantes” (REGO; PINZANI, 2013, p. 45-46). Tomada nestes termos, a humilhação indica processos de desrespeito e de fragilização social, além de permitir a identificação da origem dessa forma de sofrimento. Mais que isso, é possível notar que há diferentes níveis de desrespeito que podem ser compreendidos como situações humilhantes que convivem com distintos níveis de pobreza.

Nesse sentido, a humilhação de uma pessoa pertencente ao que Jessé Souza chamou de ralé tem sua origem em relações de opressão brutais causadas por falta de condições mínimas de alimentação, moradia e saúde ou mesmo em situações de “abuso sexual e físico” (SOUZA, 2009, p. 129). Já entre os batalhadores, que tendem a possuir um nível médio de escolaridade um pouco maior que a ralé, o que se encontra é um tipo de humilhação produzida pelo medo e pela insegurança de perder um emprego que permite acessar alguns bens e serviços a mais em relação aos que compõem a ralé. Contudo, para os batalhadores, o pouco de escolaridade a mais não garante a permanência da “inserção melhor no mercado de trabalho”, tampouco o acesso aos níveis mais altos de escolaridade nas melhores instituições de ensino. Pior que isso, esse avanço induz também uma “inflação [...] da força de trabalho minimamente escolarizada”. Isso

---

<sup>23</sup> Aqui, vale dizer, não se trata de diagnosticar um traço que tornaria os pobres definitivamente incapazes de compreender a própria condição e, por isso, haveria alguma necessidade do teórico se colocar como mensageiro da crítica. Contudo, isso não implica em desconsiderar que, conforme afirmam Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani a respeito da dramática limitação dos horizontes de experiência de vida que caracteriza as famílias mais pobres no Brasil, “A falta de contato com outras realidades que não aquela de seu núcleo familiar e do contexto social mais imediato [...] faz que as crianças das famílias [mais] pobres não consigam nem sequer imaginar que outra vida é possível, que um dia poderão sair do próprio ambiente ou modificá-lo profundamente” (REGO; PINZANI, 2013, p.178-179). Aqui é possível enxergar, especialmente entre os mais pobres, um fenômeno de rompimento temporal com o passado e com o futuro que prende os sujeitos em um presente marcado, entre outras coisas, por profundas formas de humilhação (RENAULT, 2008, p. 42). De todo modo, e isso é absolutamente decisivo, “o bom ponto de vista para a filosofia social”, conforme destaca Fischbach, “é o ponto de vista dos oprimidos”. Isso significa que a Filosofia social deve não apenas “reconhecer as capacidades de seus agentes, mas deve também buscar desenvolvê-las e reforça-las” fornecendo “argumentos e análises que contribuem de modo decisivo para determinação do que é possível considerar” como sofrimento (FISCHBACH, 2009, p. 156-157).

tudo somado cria no pobre batalhador uma sensação constante de que pode “ser substituído a qualquer momento” (SOUZA, 2012, p. 79). Assim, a condição social e economicamente superior dos batalhadores em relação a ralé, não neutraliza a humilhação, isto é, não evita a experiência do desrespeito, mas modifica suas causas e a forma de expressá-las, por exemplo: o medo do abuso sexual e físico (mais frequente na ralé) dá lugar ao medo de perder o emprego (mais evidente entre os batalhadores).

Um nível um pouco diferente de sofrimento pode ser notado em relação ao medo da não realização das expectativas socialmente construídas entre aqueles que alguns autores (SOUZA e LAMOUNIER, 2010) chamaram de “nova classe média”<sup>24</sup> brasileira típica do início dos anos 2010. Para os autores, a ampliação da renda de uma massa de trabalhadores, naquele momento, produziu o aumento do poder de compra suficiente para que essa parcela da sociedade pudesse adquirir casa própria, automóveis e acessar maiores e melhores níveis de escolaridade. Para 97% dos entrevistados naquela pesquisa, essa fração de classe considera a educação<sup>25</sup> de qualidade um fator “essencial” ou “muito importante” para vencer na vida. Assim, o que surge aqui como causa de sofrimento não são situações de violência corporal ou o receio de perder o emprego, mas a insegurança em relação ao futuro e a manutenção da nova posição alcançada. Para lidar com essa insegurança, entre outras coisas, os autores sugerem que “a nova classe média precisa aproveitar melhor o seu potencial de participação política” (SOUZA e LAMOUNIER, 2010, p. 6). Nota-se assim diferentes gradações de pobreza, a ralé está mais próxima da falta de acesso ao mínimo, mas os batalhadores e a chamada “nova classe média” possuem um pouco mais de acesso ao que foi socialmente produzido. Tais níveis de pobreza apresentam diferentes formas de sofrimento social que podem ser traduzidos em diferentes modos de humilhação causados pelo medo de violência corporal, pela ameaça de perder o emprego ou pela insegurança de manter o frágil *status* social recentemente conquistado. Vale ressaltar, no entanto, que se o sujeito é incapaz de acessar aquilo que foi socialmente produzido, essa incapacidade não pode ser entendida simplesmente como uma limitação individual<sup>26</sup>, mas como denúncia da inaptidão da atual forma social de tornar comum o acesso àquilo que ela produz.

É nesse sentido que parece-me razoável supor que, se o atendimento ao que se entende por necessidades básicas ou condições mínimas desconsidera o nível da riqueza socialmente produzida, então ele não é condição suficiente para superação da pobreza. No mais das vezes, o movimento representado pelo esforço explícito de garantir o mínimo para muitos frequentemente opera como justificativa implícita que legitima a posse do máximo para poucos. Esse tipo de expediente legitima análises que reduzem a dimensão crítica às expectativas de superação da barbárie lá onde se poderia enxergar potenciais emancipatórios mais promissores<sup>27</sup>. Dificilmente tais caminhos conseguem escapar de abordagens que adotam o que Jaeggi chamou de “agenda meramente liberal” teoricamente incapaz de “demandar mais”. Uma das consequências do expediente criticado por Jaeggi seria um recuo nas expectativas de emancipação (JAEGGI, 2021, p. 210). Uma forma de evitar esse cenário é compreender que a concepção mesma de sofrimento não pode

---

<sup>24</sup> Nesse trabalho, publicado em 2010, os autores consideraram pertencentes a classe média famílias com renda entre R\$ 1115,00 e R\$ 4807,00 (SOUZA e LAMOUNIER, 2010, p. 2).

<sup>25</sup> Segundo os autores, entre 1995 e 2007, o percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudos saltou de 20% para 40% entre aqueles que possuem emprego formal. Cf. (SOUZA e LAMOUNIER, 2010, p. 168).

<sup>26</sup> Como é o caso, segundo Ugá, das políticas públicas propostas pelo Banco Mundial, o qual divide os indivíduos em dois grupos: os incapazes e os competitivos. Pobre seria o indivíduo incapaz; por isso o papel das políticas de combate à pobreza formuladas pelo Banco teriam como horizonte transformar o indivíduo incapaz em alguém capaz e competitivo (UGÁ, 2004, p. 60).

<sup>27</sup> Evidentemente, não penso que o combate à pobreza possa se reduzir apenas ao campo de um reposicionamento teórico formulado a partir de contornos pretensamente mais críticos. Sobre esse aspecto, vale destacar Chantal Mouffe quando afirma que: “É sempre por meio de lutas políticas que se constrói o sentido das noções políticas fundamentais”. Contudo, insiste Mouffe, “o confronto sobre sua significação é uma dimensão crucial da luta” política. Cf. [https://outraspalavras.net/movimentoserebeldias/chantalmouffe-nao-subestime-o-populismo-de-esquerda/?fbclid=IwAR22\\_7Gvff0CNtC468kXgLQOhzmBUby6fWeCHzjymwEmo8PbgJwNk9cYq7A](https://outraspalavras.net/movimentoserebeldias/chantalmouffe-nao-subestime-o-populismo-de-esquerda/?fbclid=IwAR22_7Gvff0CNtC468kXgLQOhzmBUby6fWeCHzjymwEmo8PbgJwNk9cYq7A)

estor desconectada do “discurso social acerca do sofrimento”<sup>28</sup> (RENAULT, 2008, p. 266). Nesse particular, os trabalhos no campo da sociologia também oferecem elementos decisivos para a construção de uma análise que se oriente pelos fenômenos produzidos por cada nível específico de pobreza e, ao mesmo tempo, permitem que se verifique diferentes formas de sofrimento presentes em cada cenário.

## 5. Considerações finais

Conforme pretendi mostrar aqui, a pobreza pode ser concebida como falta de acesso ao que foi socialmente produzido e o sofrimento social é um afeto que envolve, entre outros aspectos, diferentes experiências de insatisfação, desrespeito e de enfraquecimento dos laços sociais. Trata-se, em termos gerais, de experiências negativas. Pensado em relação direta com a pobreza, o sofrimento aparece como diferentes formas de afeto produzidos pela falta de acesso ao que foi socialmente produzido. Assim, pobreza e sofrimento social possuem *dinâmicas semelhantes*. A falta de acesso ao que foi socialmente produzido (pobreza) implica em experiências negativas que, no campo afetivo, pode ser traduzida em termos de sofrimento social. É nesse sentido que penso ser possível conceber o sofrimento social como dimensão da pobreza.

Outro elemento que procurei destacar foi que a pobreza tomada como algo que orbita em torno do mínimo é uma tendência teórica que orienta boa parte das pesquisas sobre esse tema. Uma das consequências dessa aproximação é que ela tende a escamotear um movimento de legitimação indireta da pobreza. A falta de acesso a qualquer um dos bens socialmente produzidos (casa, comida, saúde, educação, formas de descanso etc) expõe diferentes níveis de pobreza, aqui os conceitos de ralé, batalhadores, subproletariado, precariado e nova classe média ajudam a ilustrar esse cenário. Porém, a garantia mínima de acesso a esses bens não constitui a superação da condição de pobreza, uma vez que esse é um fenômeno que possui diferentes gradações.

A leitora e o leitor poderiam ainda se perguntar pelos ganhos de uma concepção de pobreza formulada nesses termos. De um modo geral, trata-se de um esforço inicial de explorar a possibilidade de contribuir com a construção de uma noção de pobreza pretensamente mais crítica. Em que sentido? No sentido de evitar que os princípios teóricos que são mobilizados para construção de políticas públicas<sup>29</sup> de combate à pobreza, não legitimem (mesmo que de forma implícita e não confessada) a garantia do mínimo como condição suficiente para superação dessa forma social de opressão e sofrimento. Uma noção de pobreza que se constrói em torno do mínimo sempre corre o risco, especialmente quando precisa ser transformada em políticas públicas, de coagular as exigências de sua superação em termos que dificilmente se distinguem daquilo que Marx um dia chamou de “existência animal”.

Por fim, vale destacar que, enquanto experiência negativa que também possui gradações, o sofrimento social pode ser identificado nos vários níveis em que a pobreza se apresenta. Aqui, mais uma vez, conceitos como ralé, batalhadores, precariado, subproletariado e nova classe média podem ser compreendidos como esforços teóricos que pretendem fotografar momentos em que a pobreza se apresenta em diferentes níveis e com variadas formas de sofrimento. É nesse sentido que as distintas experiências de humilhação, pensadas como situações que oferecem razões para que os sujeitos possam afirmar que o respeito de si

---

<sup>28</sup> É nesse sentido que trabalhos como *Vozes do Bolsa Família* ganham relevância. Isto porque o sofrimento social das mulheres não é descrito pelos autores como uma patologia detectada apenas a partir de um critério externo, mas também a partir do “discurso social do sofrimento” emitido diretamente pelas pessoas implicadas no problema objeto de investigação. Cf. REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. v. São Paulo. Editora UNESP. 2013.

<sup>29</sup> No Brasil, o antigo Programa Bolsa Família (PBF), descaracterizado no atual governo, é um exemplo. Isso não invalida, absolutamente, todos os ganhos (que não foram poucos e há inúmeros trabalhos que mostram isso), trazidos por esse programa de transferência direta de renda. Trata-se aqui, isso sim, de um esforço de ampliação do horizonte crítico e não de ignorar os ganhos alcançados pelo PBF que, de resto, são evidentes.

foi ferido, ajudam a esclarecer diferentes modos de sofrimento ligados aos variados níveis de pobreza. Se para ralé a humilhação está ligada às experiências de violência corporal e sexual, para os batalhadores ela está mais próxima do medo de perder o emprego; para a assim chamada nova classe média ela está ligada ao receio de regressão no processo de ascensão social.

### Referências bibliográficas

- BRAGA, Ruy (2012). *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.
- CRÉDIT SUISSE (2020). *Global wealth report 2019*. Zurich: Switzerland, 2020.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian (2018). *Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo.
- DIERTERLEN, Paulette (2006). *La pobreza. Un estudio filosófico*. México: Fondo de Cultura Económica.
- FISCHBACH, Franck (2015). *Le sens du social: les puissances de la coopération*. Québec: Lux Editeur.
- \_\_\_\_\_ (2009). *Manifeste pour une philosophie sociale*. Paris: Éditions La Découverte, 2009.
- HICKEL, Jason (2018). *The divide: a brief guide to global inequality and its solutions*. New York: W.W. Norton & Co.
- HORKHEIMER, Max (1975). Teoria tradicional e Teoria crítica. In: BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural.
- JAEGGI, Rahel (2021). “Rejoinder”. *Critical Horizons*. vol 22: 2, 197-23.
- LEÃO REGO, Walquíria; PINZANI, Alessandro (2013). *Vozes do Bolsa Família*. Autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo: Editora UNESP.
- LIPTON, Michael (1988). *The poor and the poorest. Some interim findings*. Washington: World bank.
- MARCUSE, Herbert (2015). *O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada*. Trad. Robespierre de Oliveira, Deborah Christina Antunes e Rafael Cordeiro Silva. São Paulo: Edipro.
- MARQUES, Luiz (2016). *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas: Edunicamp.
- MARX, Karl. (2004) *Manuscritos econômicos-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo.
- MOUFFE, Chantal (2020). “Não subestimem o populismo de esquerda”. Acessado em 12/01/2021. [https://outraspalavras.net/movimentoserebeldias/chantalmouffe-nao-subestimem-o-populismo-de-esquerda/?fbclid=IwAR22\\_7Gvff0CNtC468kXgLQOhzmBUbY6fWeCHZjymwEmo8PbgJwNk9cYq7A](https://outraspalavras.net/movimentoserebeldias/chantalmouffe-nao-subestimem-o-populismo-de-esquerda/?fbclid=IwAR22_7Gvff0CNtC468kXgLQOhzmBUbY6fWeCHZjymwEmo8PbgJwNk9cYq7A)
- PAUGAM, Serge (2013). *Les formes élémentaires de la pauvreté*. Paris: PUF.
- PIKETTY, Thomas (2020). *Capital e ideologia*. Trad. Dorothée de Bruchard e Maria de Fátima Oliva do Couto. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca.
- POGGE, Thomas (2002). *World poverty and human rights: cosmopolitan responsibilities and reforms*. Polity Press: Cambridge.



RENAULT, Emmanuel (2020). "Critical theory, social critique and knowledge". *Critical Horizons*. vol 21:3, 189-204.

\_\_\_\_\_. (2008). *Souffrances sociales: philosophie, psychologie et politique*. Paris: La Découverte, 2008.

SILVA, Hélio Alexandre (2021). "A critique of poverty: exploring the underground of social philosophy". *Theoretical Practice*. (42) 4: 139 - 165.

SINGER, André (2009). "Raízes sociais e ideológicas do lulismo". In: *Novos Estudos*. Cebrap. n.85.

SRINIVASAN, Thirukodikaval Nilakanta (1977). *Poverty: Some measurements problems*. World Bank reprint series: New Delhi, India.

SOUZA, Jessé (2009). *Ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

\_\_\_\_\_. (2012) *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolivar (2010). *A Classe Média Brasileira. Ambições, valores e projetos de sociedade*. Rio de Janeiro:Elsevier; Brasília, DF: CNI.

TOWNSEND, Peter (1970). *The concept of poverty*. London: Heinemann.

\_\_\_\_\_. (1979). *Poverty in the United Kingdom: a survey of household resources and standards of living*. Harmondsworth: Penguin Books.

UGÁ, Vivian Domínguez (2004). "A categoria pobreza nas formulações de política social do Banco mundial". In: *Revista de sociologia e política*. Curitiba, 23, p. 55-62.